



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE LICITAÇÕES

Licitação nº 04/2007

(Processo Administrativo nº 141442/2007)

1. PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de aula nº 5, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Bloco J - Centro – RJ., será realizada, no dia **21/08/2007**, a licitação nº **04/2007**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** visando à **COMPRA DE DIVERSOS LIVROS JURÍDICOS** para atender à solicitação da Divisão de Biblioteca, do Departamento de Ensino e do Centro de Estudos e Pesquisa da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada EMERJ, de acordo com o que determinam a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Rotina Administrativa EMERJ nº 017, de 23 de março de 2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - As propostas de preços, bem como os documentos de habilitação, serão **ENTREGUES** no Serviço de Licitações da EMERJ, localizado na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Centro – RJ., em envelopes fechados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, até às **12h45min** da data acima designada, sendo **ABERTOS** às **13:00h** no local indicado no subitem 1.1, observado o devido processo legal.

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I – termo de referência;
- II – formulário padronizado de proposta de preços;
- III – modelo de “Declaração de Habilitação” (papel timbrado da empresa);
- IV – modelo de Declaração (no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte);
- V – modelo sugestivo de “Carta de credenciamento”.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para **compra de diversos livros jurídicos**, para atender à EMERJ conforme especificado no termo de referência (Anexo I).

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa 4.4.9.0.52.08, Programa de Trabalho 0362.02.061.0199.2107, do orçamento da EMERJ.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - No dia, hora e local designados para a sessão pública, o licitante poderá ser representado por procurador ou preposto, mediante apresentação de cédula de identidade, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e ato constitutivo da sociedade empresária que comprove a capacidade do outorgante e procuração, onde deverão constar **PODERES EXPRESSOS PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS EM LANCES VERBAIS, PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, BEM COMO PARA OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME**, conforme modelo sugestivo (ANEXO V).

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

5.3 – A carta de Credenciamento (Anexo V) e a Declaração de Habilitação (Anexo III) **deverão ser entregues fora dos envelopes.**

5.4 – Da Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte:

5.4.1 - A microempresa ou a empresa de pequeno porte deverá apresentar fora dos envelopes, declaração (Anexo IV) de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da lei Complementar nº 123/06;

5.4.2 – A microempresa ou a empresa de pequeno porte deverá apresentar fora dos envelopes, a última Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica exigível pela Secretaria da Receita Federal, na forma prevista no art. 25 da Lei Complementar 123/06;

5.4.3 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da lei Complementar 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento da sanção prevista no item 12 deste edital.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta, (Anexo II), que o licitante preencherá em duas vias e inserirá no respectivo envelope. Este, fechado, deverá enunciar, externamente, o nome **ENVELOPE-PROPOSTA**, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

6.2 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

- a) dados cadastrais;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos habilitatórios;
- e) indicação do número da Conta Corrente no BANCO ITAÚ S/A. e agência, para os licitantes estabelecidos neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A., para aqueles localizados em outro ente da Federação, caso o licitante já os possua, ressalvando que, em caso negativo, **se vencedor do certame, providenciará, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, a abertura de conta corrente nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho**, em qualquer caso, a conta bancária deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;
- f) indicação do nome e da qualificação do representante legal investido de poderes para firmar o termo de contrato referido no item 10 e/ou receber o instrumento equivalente referido no item 10 deste edital.

6.3 – O pregoeiro aceitará que a proposta venha lançada em papel timbrado do concorrente, desde que reproduza integralmente o conteúdo do formulário do Anexo II.

6.4 - Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 - A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.6 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para fins de habilitação no presente Pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos, **devidamente autenticados**:

a) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitida pelos órgãos arrecadadores;

a.1) certidão de regularidade com a Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado, para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos demais Estados onde haja tal vinculação;

b) certidões negativas de débitos relativos à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas);

d) declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8666/93, conforme regulamentado pelo Decreto nº 4358, de 05 de setembro de 2002;

7.2 – Na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte, se necessário, serão observados os termos do art. 43, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

7.3 - O Certificado de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – CRC/TJ substitui as exigências contidas no subitem 7.1, desde que esteja em seu prazo de validade, bem como os documentos ali elencados, exceto o da alínea “d”.

7.4 - Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado no qual se identifiquem, externamente, o nome **ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

7.5 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ, que em qualquer das hipóteses ficarão retidos nos autos.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão, o pregoeiro procederá à abertura do ENVELOPE-PROPOSTA, à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, e desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro classificará as três melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 – As propostas escritas serão ordenadas em seqüência crescente dos preços cotados e aceitáveis. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato, para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 – Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O pregoeiro convidará individualmente o(s) licitante(s) classificado(s), de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, com relação ao último preço cotado pelo lançador.

8.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará o impedimento do licitante de lançar, fixando-se a sua oferta no último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.8 - A desistência do lance ofertado, sujeitará o desistente às penalidades previstas neste edital.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas com os seus respectivos lances finais, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.

8.11 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, observados os prazos máximos para fornecimento dos materiais, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.11.1 – Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á, o do preço máximo por item, na fase de lances verbais, cujo valor é o do Termo de Referência (Anexo I), desclassificando-se as propostas cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexeqüíveis.

8.12 – Será assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

8.12.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada primeira colocada do certame no

prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será declarada vencedora do certame.

8.12.2 – Não ocorrendo a situação na forma do subitem 8.12.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.12, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.12.3 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.12, será realizado sorteio para que se identifique aquela que em primeiro lugar apresentará melhor oferta;

8.12.4 – A não-contratação nos termos previstos no subitem 8.12, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar;

8.12.5 – O disposto no subitem 8.12 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.13 - Aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação.

8.13.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o pregoeiro declarará o(s) licitante(s) vencedor(s).

8.13.2 - Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor.

8.13.3 – No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial coincidirá com a data em que o licitante seja declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

8.13.4 – Observados os subitens 8.12, 8.12.1 e 8.12.2, a não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.13.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.13.5 – Na hipótese do subitem 8.13.3, o pregoeiro notificará, com registro em ata, todos os participantes desta licitação da data, hora e local em que se dará continuidade ao certame.

8.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.9, 8.10 e 8.13.2, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente, objetivando obter preço melhor.

8.15 – Declarado(s) o(s) vencedor(es), o pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer, não havendo, adjudicará o objeto ao(s) vencedor(es).

9 - DO RECURSO

9.1 – Declarado o vencedor de cada item, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração, com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, se o desejar, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer na esfera administrativa, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – O prazo para contratação é de até 10 (dez) dias úteis, após a adjudicação do objeto à(s) Sociedade(s) Empresária(s) vencedora(s).

10.2– A(s) Sociedade(s) Empresária(s) vencedora(s) receberá(ão) do Serviço de Licitações da EMERJ, via fax, após publicação da homologação da licitação no Diário Oficial, comunicação da liberação do empenho, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento.**

10.2.1 – O(s) adjudicatário(s), informará(ão) necessariamente, a agência e o número de sua conta-corrente no BANCO ITAU S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A, em atendimento ao disposto no Decreto estadual nº 16.661/91, e de acordo com o descrito no subitem 6.2 “e” bem como nome, profissão, estado civil, número de identidade e CPF de seu representante, com poderes expressos para firmar ou receber o instrumento do contrato.

10.2.2 – O fato de o(s) adjudicatário(s), convocado(s) no prazo de eficácia de sua proposta, não cumprir o estabelecido no subitem 10.2, independentemente de sujeitá-lo(s) às sanções do art. 7º da lei federal nº 10.520/2002, autoriza o pregoeiro a examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.3 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes, até a formalização do contrato com o(s) adjudicatário(s), devendo as sociedades empresárias retirá-los em até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

10.4 - A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão à DIBIB – Divisão de Biblioteca da EMERJ e à DIMAT – Divisão de Material da EMERJ, a quem o(s) adjudicatário(s) deverá(ao) apresentar-se imediatamente após a confirmação do recebimento da nota de empenho.

10.5 - A Administração poderá obrigar a contratada a, além do que consta no Termo de Referência (Anexo I), reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.6 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal nº. 8.666/93, com as conseqüências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste Edital.

10.7 – O prazo de entrega única dos materiais é de até 10 (dez) dias úteis, contados da confirmação do recebimento da nota de empenho, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º da Lei Federal 8.666/93,

10.8 - A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no Termo de Referência (Anexo I).

10.9 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

10.10 – O(s) Contratado(s) manterá (ão), durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.11 - O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

11 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 – O material, objeto do contrato, deverá ser entregue, de uma só vez, de acordo com o descrito abaixo e com o Termo de Referência (Anexo I),

:

- Na DIBIB – Divisão de Biblioteca da EMERJ, localizada na Rua Dom Manuel, 37, 1º andar, T.J., Lâmina III, Centro – Rio de Janeiro – RJ., 1 (um) exemplar do item 01 ao item 245.
- Na DIMAT – Divisão de Material da EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga, nº 115, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ., 1 (um) exemplar dos itens 80 a 85, dos itens 209 e 210 e dos itens 246 a 256.

11.2 – Os exemplares dos livros entregues deverão ser da última edição publicada por suas editoras.

11.2.1– O(s) contratado(s) deverá(ao) avisar sobre a data de entrega dos materiais com 72 (setenta e duas) horas de antecedência à DIBIB pelos telefones 3133-6813 ou 3133-6811 e à DIMAT pelos telefones (21) 3133-3216 ou (21) 3133-3401.

11.2.2 – É de inteira responsabilidade do(s) contratado(s), no momento da entrega, o descarregamento da(s) mercadoria(s) no local mencionado no subitem 11.1, consoante agendamento pelos telefones indicados no subitem 11.3.

11.3 – Os materiais serão objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.4 – Os materiais serão objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, letra “b”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.5 – O(s) contratado(s) se obriga(m) a trocar, às suas expensas, o(s) material(is) que vier(em) a ser recusado(s), sendo que o recebimento previsto no subitem 11.3 não importará sua aceitação.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 – O(s) adjudicatário(s) que, convocado(s) dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou

apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste Edital e no Termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226);

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade estabelecida na letra “b” do subitem 12.2 poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s) será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da emissão do Atestado de Recebimento de Material (ARM), pela Divisão de Material da EMERJ (DIMAT) e através de crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A (conforme o disposto no subitem 6.2 “e”). Na fatura/nota fiscal deverá constar o nome do estabelecimento contratado, o qual deverá ser o mesmo indicado nos documentos de habilitação e na proposta, sendo esta atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da mesma no órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, *pro rata diem*, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

13.5 - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação da execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

13.6 – Ocorrendo atraso na execução, por culpa do contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente da notificação ou interpelação.

13.7 – Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, os comprovantes de recolhimentos ao INSS e ao FGTS, relativos à atividade objeto do contrato.

14 - DAS INFORMAÇÕES

14.1 – O Serviço de Licitações da EMERJ prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h30 min, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelos telefaxes (21) 3133-3381 ou (21) 3133-1891.

14.2 - Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito ao Pregoeiro da EMERJ, sendo entregues no Serviço de Licitações da EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Centro, nesta cidade, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 02 (dois) dias úteis da data indicada no subitem 1.1 deste edital.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) as declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - As impugnações a este Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e entregues no Serviço de Licitações da EMERJ, na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Centro, nesta cidade.

15.4 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5 - Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Seção I, Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2007.

Maria de Fátima Pinto Santos
Diretora do Departamento de Administração - EMERJ

Aprovo o ato convocatório.

Luiz Henrique da Granja Coutinho
Pregoeiro - EMERJ